

Universidades Lusíada

Ferreira, Aida Lopes Bento Esteves, 1939-

**Serviço Social e democracia : as oportunidades
do Serviço Social em vários campos de
intervenção**

<http://hdl.handle.net/11067/7933>

<https://doi.org/10.34628/04E7-NX67>

Metadados

Data de Publicação	2024
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Ferreira, Aida Lopes Bento Esteves, 1939- - Biografia, Serviço social - Portugal - História - Século 20, Portugal - Política social - 1974-
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 63 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T02:34:37Z com
informação proveniente do Repositório

SERVIÇO SOCIAL E DEMOCRACIA. AS OPORTUNIDADES DO SERVIÇO SOCIAL EM VÁRIOS CAMPOS DE INTERVENÇÃO

SOCIAL WORK AND DEMOCRACY. THE OPPORTUNITIES FOR SOCIAL WORK IN DIFFERENT FIELDS OF INTERVENTION

Aida Ferreira

*Assistente Social, Doutora em Serviço Social
Docente jubilada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*

DOI: <https://doi.org/10.34628/04E7-NX67>

Data de submissão / Submission date: 21.06.2024

Data de aprovação / Acceptance date: 29.06.2024

O Serviço Social é a profissão de intervenção social mais antiga no mundo, mas, por razões políticas, nem sempre foi possível desenvolver as três unidades de intervenção: individual e familiar; grupo; comunidade.

Terminei o curso superior de Serviço Social em 1971, no Instituto de Serviço Social de Lisboa. Comecei a trabalhar no Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão, aproximadamente um ano depois mas, por razões de distância e familiares - morava em Lisboa e tinha filhos pequenos - mudei para o Instituto da Família e Ação Social (IFAS), serviço de ação direta da Amadora, como coordenadora da equipa e responsável pelas ações de desenvolvimento do concelho de Oeiras. Eram os tempos da abertura marcelista (1968/1974) e da implementação do decreto-lei nº 446/70 de 23 de setembro, cujos objetivos eram “estabelecer uma política social global”, tendo sido também criados o Conselho Superior de Ação Social e o Ministério da Saúde e Assistência. Consequentemente, havia debates, em equipa, dos problemas sociais e dos processos e metodologias de intervenção, sob a orientação das três delegadas regionais nomeadas para o território continental. A área da Grande Lisboa e sul do país estavam sob a responsabilidade de Irene Aleixo, que promoveu muitas reuniões entre as várias equipas, particularmente as mais ativas, nomeadamente as de Lisboa e Setúbal. Foi assim que conheci a colega Tília Fonseca com a qual houve excelentes e profundas reflexões, originando o princípio de experiências profissionais nunca sonhadas até ao 25 de abril.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974 - prefiro esta designação para o golpe militar conduzido pelo Movimento das Forças Armadas - iniciou-se o regime democrático em Portugal e o tão necessário desenvolvimento económico e social do país.

Eu tinha um sentido de justiça social e de igualdade proporcionado pelo curso, mas desconhecia a intervenção dos partidos políti-

cos; no entanto, emitia facilmente a minha opinião sobre os assuntos sociais em discussão. Talvez por isso fui logo eleita para integrar a Comissão de Trabalhadores da Direção Geral de Assistência Social, mas tive apenas duas ou três reuniões porque, a 22 de maio, Tília Fonseca telefonou-me dizendo que tinha dado o meu nome e para me apresentar no dia seguinte, 23 de maio, às 9 horas, no gabinete do Ministro dos Assuntos Sociais (MAS), 16º piso no Ministério do Trabalho, Praça de Londres. O Ministro era o Professor Mário Murteira (I Governo Provisório, 16/05/1974 - 17/07/1974), que me recebeu, mas tive uma entrevista com Maria de Lurdes Pintasilgo, que não conhecia, Secretária de Estado da Segurança Social, que explicou o que esperavam de mim: atender todas as pessoas e grupos de todo o país, com problemas sociais, que se dirigissem ao gabinete. Fiquei hesitante e apreensiva, mas perante a simpatia pessoal da Secretária de Estado, aceitei o desafio e fiquei na situação de destacada mas, em tempos de revolução, a burocracia tratava-se depois. Fui para o meu gabinete, um salão grande, e refleti sobre os princípios e valores a seguir no atendimento, mas também em telefonemas, que começaram logo a chegar, e em muitas cartas que já me esperavam para dar resposta, dirigidas ao Conselho da Revolução, ao General Spínola e a outros ministros. Foi claro para mim que não poderia resolver os problemas pessoais ou de um grupo num gabinete ministerial, eles deveriam encontrar resposta e (ou) informação cabal na área de residência, significando que apenas informaria e orientaria, mas teria também de saber quem atendia, área de residência, problema apresentado e orientação dada. Adaptei umas fichas que havia no gabinete e preenchi uma por cada atendimento.

As primeiras três semanas foram relativamente calmas, entrava às 9 horas e saía por volta das 18 ou 19 horas, por isso aproveitei para, logo em 18 de junho, apresentar um relatório dos atendimentos assim como propostas, as quais foram todas aprovadas por Maria de Lurdes Pintasilgo que elogiou o trabalho e propôs, no despacho, a minha especialização em investigação social. Tinha atendido 80 pessoas e 15 comissões representando grupos, apresentando problemas nas áreas da saúde, habitação, desemprego, previdência, assistência, desdobrados em subcategorias com per-

centagens e considerações particulares. Foi feito o apuramento de algumas das 1535 cartas recebidas entre 23 de maio e 10 de julho, 30 dias úteis, cerca de uma média de 51 cartas/dia e o resultado apresentado mais tarde, mas verificando-se a coincidência dos mesmos problemas. À medida que toda a população ia tendo consciência da Revolução, procurava resolver problemas com décadas de anos, de imediato, sendo a maneira mais rápida, segundo pensavam, reclamar junto dos poderes máximos. Por essa razão, passei a atender quase sempre cerca de 100 pessoas por dia, saindo às 23 horas e sem tempo para almoçar, comia apenas uma sandes por volta das 15 horas.

Houve também outros trabalhos que me foram pedidos paralelamente, entre os quais o levantamento das situações dos motoristas dos vários serviços, que se queixavam de grandes diferenças, sobretudo nas peças de vestuário que compunham as fardas. Entrevistei todos e apresentei os resultados num quadro A4, de fácil leitura e com todos os dados, o que mereceu um grande elogio de Maria de Lurdes Pintasilgo.

Em 17/07/1974 o II governo provisório tomou posse (17/07/1974 - 30/09/1974) e Maria de Lurdes Pintasilgo foi nomeada Ministra dos Assuntos Sociais. Nessa altura, a diáspora estava de férias em Portugal e desejava regressar. Fui designada para reunir com cerca de 100 emigrantes na Av. João Crisóstomo, 9, onde é hoje o Ministério da Saúde. A expectativa em relação à democracia era muito elevada e havia a impressão generalizada de que, após 3 meses, o país já estava em condições de os receber de regresso. A maior parte queria voltar a partir de setembro ou outubro, mas com garantias de trabalho e condições de vida para as famílias. Perante esse desejo dei uma resposta realista em relação ao momento que se vivia, mas nada política como o momento exigia. Disse que aguardassem mais tempo o que não foi bem aceite. Depois tive uma importante reunião com a ministra e fui captando e entendendo a dimensão política e delicada de situações como esta. Fui nomeada, também, como representante do governo português no Seminário Europeu das Nações Unidas em Marbella, Estepona, Espanha, de 6 a 16 de outubro, sobre “O papel da Ação Social e da Segurança

Social no desenvolvimento das zonas marginais". O despacho implicava conhecimento à Divisão dos Assuntos Sociais do Secretariado das Nações Unidas em Genebra, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social. Foi uma excelente experiência de 10 dias, mas com muitas perguntas de difícil resposta sobre a Revolução em Portugal e o futuro, tendo aproveitado para dar a conhecer o trabalho que estava a ser feito para implementar a democracia.

Vou ainda referir duas situações que estão relacionadas com a nossa autonomia de intervenção. Em determinado momento o chefe de gabinete do ministro veio dizer-me que me iam dar uma verba, tipo saco azul, para eu distribuir às pessoas mais necessitadas. Reagi bruscamente e com veemência, afirmando que não queria verba nenhuma e justifiquei porquê. O senhor não disse uma palavra e virou costas. Passada uma semana veio dizer-me que eu estava certa. Não deveríamos distribuir verbas no gabinete. Mais tarde foi vice-presidente e presidente do Tribunal Constitucional.

A outra situação diz respeito a uma comissão de trabalhadores da Setenave que, certo dia, quis reunir comigo e era portadora de um saco grande cheio de dinheiro resultante de um peditório aos trabalhadores; não sabiam quanto dinheiro traziam, mas o intuito era que eu o distribuisse pelas pessoas que atendia. Respondi que não queria dinheiro para distribuir ali, justifiquei porquê, e sugeri que entregassem no Ministério do Trabalho, 14º piso, que estava a receber donativos.

Entretanto, Maria de Lurdes Pintasilgo foi nomeada também para o III governo provisório (30/09/1974-26/03/1975) e teve conhecimento do meu salário, enquanto técnica de Serviço Social de 2ª classe. Pediu-me o currículo e fez um despacho para a minha promoção imediata. Agradei, mas recusei enviar o despacho ao IFAS, alegando que a situação era de uma classe profissional que tinha de reivindicar uma solução comum a todos os assistentes sociais e eu não queria beneficiar de promoções pela sorte de estar a ter experiências profissionais excelentes. Guardei o despacho até hoje. Só fui promovida a 1ª classe a 01/07/1979.

Fui, também, convidada pela ministra para integrar, logo a partir de setembro e com Teresa Santa Clara Gomes, a Comissão Interministerial de Animação Sócio Cultural (CIASC), através de despacho ministerial publicado no DR nº 66, II série, de 10 março, 1975), na situação de “Destacada”.

A CIASC tinha uma conceção estrutural macro, abrangendo todo o país e, simultaneamente, uma conceção micro, local, a partir da Animação Sócio Cultural (ASC) localizada, constituindo-se, segundo a definição alargada da Unesco, como “um conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio política em que estão integradas.” Era uma miniestrutura atuante na sociedade e no aparelho de Estado ao nível da sociedade, com uma estrutura supraministerial e autonomia administrativa e financeira, integrada e financiada pelos Ministérios da Administração Interna, dos Assuntos Sociais, da Comunicação Social, da Economia, da Educação e Cultura, do Equipamento Social e Ambiente; cada um destes ministérios tinha um representante na equipa central, assim como as Forças Armadas e outros Departamentos que fossem considerados importantes para o desenvolvimento das respetivas atribuições, que, sucintamente, eram as seguintes: inventariação dos recursos humanos e materiais para a ASC aos níveis nacionais, regionais e locais; coordenação de programas piloto polivalentes e intersectoriais considerados prioritários; constituição de equipas móveis de ASC de apoio à intervenção local e regional; organização programas de formação em ASC para a Administração Pública; lançamento de um serviço de voluntariado para o recrutamento e formação em ASC no âmbito de iniciativas governamentais; apoio a projetos privados que visassem os objetivos da ASC a qual era um instrumento ao serviço das populações, com uma filosofia humanista apoiada pelo saber das Ciências Sociais e uma praxis social alternativa da vida dos grupos e comunidades que vinha sendo praticada desde os anos 60. Um mês depois, 28 de novembro, foram criadas as Comissões Regionais de Animação Sócio Cultural com representantes de Serviços desconcentrados do Estado, autarquias e empresas públicas, as quais tinham assento

nas Comissões Regionais de Dinamização Sócio Cultural do Programa da 5ª Divisão das Forças Armadas. Estavam em curso muitas iniciativas de ASC a partir da base, formadas *ad hoc*, tais como: creches, jardins de infância, lares de idosos e cooperativas com várias finalidades. Essas iniciativas faziam um constante apelo aos órgãos máximos do poder tais como, Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro Ministro, Ministros, mas eram orientadas para a CIASC. Esta pretendia fazer um trabalho em profundidade assente no levantamento de recursos humanos e materiais dos vários ministérios e serviços, na constituição de uma equipa móvel e sua formação em ASC, facto que proporcionou a realização de um Seminário com a presença de Paulo Freire “Perspetivas Políticas e Pedagógicas de Animação Sócio Cultural”, atividades realizadas entre outubro e dezembro de 1974.

De janeiro a junho de 1975, a equipa móvel, designada por Grupo de Apoio Técnico (GAT) era constituída por cerca de 10 elementos de formação diversa, desde ciências sociais e ciência política, economia, direito, filosofia, serviço social, sociologia, e 4 brasileiros de formação superior, com experiência em ASC em tempos de revolução, chegados do Chile. Simultaneamente, foram organizadas as dimensões administrativa e financeira, as quais, por recusa da Secretaria Geral do Ministério, ficaram à minha responsabilidade, mas assumi desde o início, no que respeitava à parte financeira, que não ia seguir as normas exigentes da contabilidade pública. Assim fiz, no final foram devolvidos centenas de milhares de contos, mas bateu tudo certo. No entanto, o que mais me interessava era a participação no GAT e as reuniões com governadores civis e presidentes de câmaras municipais, com Teresa Santa Clara em todo o território continental e Açores, fomentando a articulação dos recursos dos serviços públicos, pondo estes ao serviço das populações, bem como a deteção dos problemas prioritários a enfrentar. Ao mesmo tempo, o GAT realizou seminários em vários distritos e criou equipas naqueles que revelaram maior atividade: Bragança, Beja, Castelo Branco, Guarda, Lisboa, Porto, Vila Real e Viseu.

De Julho a dezembro de 1975 o trabalho incidiu mais em várias localidades, com o lançamento de projetos piloto de animação

e produção de material de animação cultural como, por exemplo, o levantamento da situação da mulher numa comunidade rural e o levantamento audiovisual de uma experiência de ensino secundário ligando o ensino teórico e prático em Cuba, Beja, que originou o filme “Aulas e Azeitonas”, super 8mm, 43 minutos, produção CIASC, com realização de Aida Ferreira e Teresa Moraes, som e imagem, respetivamente. Como já foi referido anteriormente, a CIASC pretendia desenvolver atividades de mudança profunda nos serviços públicos e, sobretudo, nas mentalidades, mas o clima político era de grande tensão e, depois de muitas reflexões pela equipa central, concluiu-se que seria de extinguir a Comissão.

De Janeiro a julho de 1976, após reflexão e balanço sobre o sentido da ação da CIASC, há uma redução da equipa a três elementos e, nos últimos 3 meses da sua existência, aos dois que a constituíram de início. Reformulei todo o arquivo da Comissão, cerca de 45 pastas que foram reduzidas a 30 por motivos de falta de espaço, organizadas segundo as regras de arquivo, anexando assuntos similares. Para além do arquivo, seria preciso preservar as pastas, pois tinham conteúdos de uma experiência histórica, mas ao saber que iriam para uma cave, que por vezes sofria inundações e os documentos tinham de ser deitados fora, após falar com Teresa Santa Clara e a pedido desta guardei todo o arquivo em minha casa. Em 1993, o espólio da CIASC foi doado por mim ao Centro de Documentação 25 de abril, Coimbra, criado por Boaventura de Sousa Santos. Por razões que não irei referir, tivemos de sair do Ministério para terminar a montagem do filme “Aulas e Azeitonas” com Teresa Moraes e especialistas contratados. Fomos recebidos na Direção Geral de Ação Cultural por Alberto de Melo, Diretor Geral, que me convidou para integrar a Direção Geral de Educação Permanente e participar na organização de cursos de Alfabetização em vários pontos do país, segundo o Método Paulo Freire, e participar na definição de políticas de alfabetização de adultos. Foi mais uma experiência enriquecedora na minha vida profissional e pessoal. De toda a experiência da CIASC o mais importante foi ficar com uma noção ainda mais profunda da realidade social do país e, sobretudo, dos muitos campos de atividades que se abrem ao Serviço

Social e para os quais temos uma base sólida de princípios, valores e de conhecimentos científicos, técnicos e metodológicos que são o lastro para caminhar consoante o sentido dos desafios e as capacidades de pensar, refletir, e agir em diferentes realidades.